

## **Eleições: a saúde abortou**

*Paulo Capel Narvai<sup>1</sup>*

No início da campanha eleitoral, segundo as pesquisas de opinião, a saúde era a principal preocupação dos cidadãos, em todas as regiões brasileiras. Gestou-se, então, a expectativa de que os diferentes partidos e coligações apresentariam aos eleitores suas propostas para superar os problemas do setor. Fechadas as urnas, a preocupação provavelmente aumentou, pois propostas foi o que menos se viu. Praticamente não houve debate.

Esse vazio é lamentável, pois o Brasil convive, há décadas, com graves problemas na área da saúde. A criação do Sistema Único de Saúde (SUS), pelos constituintes de 1988, e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), com a Lei 9.961/2000, representou avanços significativos no plano institucional, com impactos positivos na organização do setor público (SUS) e na regulação do setor privado (ANS). Contudo, persistem imensas dificuldades em ambos os setores. O desempenho do SUS apresenta falhas que lhe comprometem a imagem e a credibilidade junto à população e a ANS parece impotente para conter a ganância dos que lucram com a doença, exibindo dificuldades crônicas para exercer sua missão e assegurar preços justos e serviços de qualidade.

Frustrou-se, nesta campanha, a expectativa dos eleitores de conhecer e debater as propostas dos candidatos para a solução desses problemas, pois era este o significado das pesquisas que colocavam a saúde no primeiro plano das preocupações. A ANS praticamente não foi mencionada na campanha. Quanto ao setor público, os candidatos, todos, sem exceção, fugiram do SUS como o diabo da cruz (desculpe-me o leitor, mas o período requer metáforas desse tipo). Não apenas fugiram, mas trataram de ocultá-lo dos eleitores, como se temessem algum tipo de contágio. Ninguém se atreveu a associar sua imagem com a do SUS, defendendo-o, mencionando suas qualidades, reconhecendo-lhe os problemas e apresentando propostas para melhorá-lo. Nada disso. E tome AMA, AME, UPA, SAMU, Farmácia-Remédio, Rede Cegonha, Rede Mãe! Tudo embrulhado com depoimentos de doentes, ex-doentes e parentes em prantos, com trilha sonora de filme ruim. O uso eleitoral do sofrimento humano, decorrente de problemas de saúde foi despudorado e chegou a um nível insuportável – um verdadeiro estupro ético (outra vez peço ao leitor que me desculpe, mas o período requer essas metáforas). Nesse aspecto, a saúde apenas expressou os sinais e sintomas da deterioração geral que se observou nesta campanha, com pregação aberta do ódio a adversários, maniqueísmo e cinismo levado às últimas conseqüências. A saúde sofreu, mas não foi a única. Na saúde, porém, a partidização, a negação do SUS como um sistema nacional, de interesse público, com o qual todos deveriam assumir claros compromissos de desenvolvimento institucional, é ainda mais grave, pelas conseqüências para a vida das pessoas que dependem do sistema. É inaceitável a continuidade do uso partidário dos recursos e serviços de saúde, uma vez que são bens públicos que não podem ser apropriados por este ou aquele governo, este ou aquele partido.

Para além dos problemas que infernizam o dia-a-dia das pessoas que dependem dos serviços de saúde, públicos e privados, há graves problemas institucionais para os quais se esperavam propostas dos candidatos e seus partidos, como, dentre outros, o subfinanciamento do SUS, a definição do que são gastos com saúde, a criação da carreira dos profissionais do SUS para conter a precarização das relações de trabalho em saúde (que, aliás, avança irresponsavelmente em todo o país), a fixação de porcentagens dos orçamentos da União, Estados e Municípios para viabilizar a continuidade das ações e programas de saúde, o desrespeito aos conselhos e conferências de saúde, que predomina na maioria das cidades – desrespeito que, em alguns casos, como no município de São Paulo, vem sendo sistemático nos últimos anos, sem que se consiga conter o mandonismo e o autoritarismo dos dirigentes municipais de saúde, que agem na saúde da capital paulistana como se lidassem com sua propriedade privada.

Embora ao tempo de sua criação o SUS tenha correspondido a um avanço, e desde então tenha prestado importantes serviços à população, a situação da saúde pública brasileira não é boa. Os

indicadores são, em muitos casos, preocupantes e não correspondem ao grau de desenvolvimento da economia. Nosso país tem possibilidades de produzir, em quantidade suficiente, bens e serviços de saúde melhores do que os que temos, proporcionando aos cidadãos as ações integrais de que necessitam. Contudo, uma vez mais nessas eleições, a palavra saúde serviu apenas para embalar discursos vazios, retóricas sem conteúdos. Foi desalentador constatar o despreparo de quase todos os candidatos sobre os assuntos de saúde, dando mostras de desconhecimento de aspectos elementares da organização e funcionamento do SUS.

Na reta final do segundo turno, obviedades que fariam corar o conselheiro Acácio predominaram: “Lutaremos contra o câncer” (Dilma) e “Vamos dar prioridade aos mutirões” (Serra), são apenas dois exemplos da pobreza propositiva que se viu.

Mas, durante o primeiro turno, nenhuma candidatura avançou qualquer proposta para resolver o problema crônico da falta de recursos para a saúde pública. O fato de o país investir menos de 3,5% do PIB no setor, contra a média de aproximadamente 7% na Europa e na maioria dos países com bons sistemas de saúde, não sensibilizou ninguém. O papel do setor público, responsável por cerca de 80% dos gastos com saúde na maioria dos países, e de apenas cerca de 45% no Brasil, também não mereceu qualquer consideração dos candidatos e candidatas. Nenhuma palavra mais consistente foi dita sobre o enorme esforço, realizado diariamente em todo o país, pelos milhares de trabalhadores públicos da saúde, para manter e seguir construindo o SUS, com um orçamento de pouco mais de 60 bilhões de reais, quando esse valor deveria ser pelo menos o dobro, caso o financiamento da saúde tivesse mantido os recursos com que contava no ano 2000. Na primeira década do século os recursos para financiar o SUS foram reduzidos praticamente à metade. Os gestores do sistema, em vários níveis, fazem o que podem para evitar o colapso. Mas a qualidade dos serviços cai, com a queda nas condições de trabalho, decorrente da falta de recursos. Serviços não fecham porque os trabalhadores precisam dos seus postos de trabalho, e lutam por eles e para atender quem precisa dos seus cuidados – e suportam, suportam, suportam... Porém, até quando?

Ainda assim o SUS é responsável por proezas como realizar mais de 2,5 milhões de partos por ano, manter níveis de cobertura vacinal superiores em alguns casos aos registrados nos Estados Unidos e países da União Europeia, realizar transplantes, controlar epidemias, fazer vigilância sanitária e realizar cerca de 400 milhões de atendimentos, 15 milhões de internações e aproximadamente 200 milhões de exames por ano. Tudo isso vem sendo feito a custo de sangue, suor e lágrimas dos que trabalham e defendem o SUS, com orçamentos precários. O Brasil investe em saúde cerca de R\$ 1/dia/habitante. Apenas para se ter um termo de comparação, basta registrar que o sistema de saúde dos Estados Unidos conta com o equivalente a aproximadamente R\$ 35/dia/habitante.

Encerradas as eleições constata-se que, lamentavelmente, o desafio de buscar soluções para os problemas relacionados com doença e morte, que infelicitam milhões de famílias brasileiras foi, uma vez mais, deixado de lado. A saúde, primeira preocupação da população no início da campanha, foi trocada por temas de maior apelo eleitoral. O debate, simplesmente, abortou. É compreensível que milhões de eleitores, frustrados, tenham ficado tiriricas.

---

<sup>1</sup> **PAULO CAPEL NARVAI**, doutor em saúde pública, é professor titular da Faculdade de Saúde Pública da USP.